



LARISSA FERREIRA REZENDE

**RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A
FORMULAÇÃO DO PROGRAMA NO CURSO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE LAVRAS**

LAVRAS – MG

2019

LARISSA FERREIRA REZENDE

**RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A FORMULAÇÃO DO
PROGRAMA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE LAVRAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. Gustavo Costa de Souza
Orientador

LAVRAS – MG

2019

LARISSA FERREIRA REZENDE

**RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A FORMULAÇÃO DO
PROGRAMA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE LAVRAS**

**RESIDENCE IN PUBLIC ADMINISTRATION: THE FORMULATION OF THE
PROGRAM IN THE PUBLIC ADMINISTRATION COURSE OF THE FEDERAL
UNIVERSITY OF LAVRAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do Curso de
Administração Pública, para a obtenção do título de
Bacharel.

Dr. Gustavo Costa de Souza UFLA
Dr. João José Granate de Sá e Melo Marques UFLA
Dr. Renato Silvério Campos UFLA

Prof(a). Dr(o). Gustavo Costa de Souza

**LAVRAS-MG
2019**

Por todas as vezes que o amor e a fé me moveram. Desde pequenina até aqui, à este trabalho eu dedico o meu poder de sonhar e acreditar.

AGRADECIMENTOS

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu: há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de matar e tempo de curar; tempo de derrubar e tempo de edificar; tempo de chorar e tempo de rir; tempo de prantear e tempo de saltar de alegria; tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar e tempo de afastar-se de abraçar; tempo de buscar e tempo de perder; tempo de guardar e tempo de deitar fora; tempo de rasgar e tempo de coser; tempo de estar calado e tempo de falar; tempo de amar e tempo de aborrecer; tempo de guerra e tempo de paz (Eclesiastes 3:2). Obrigada, Deus, por ter me sustentado até aqui, o Senhor é minha força.

Agradeço aos meus amados e esforçados pais, Jander e Andreia, por sempre terem me dado muito amor e ensinamentos que levarei para o resto da vida. Todas memórias fraternas e lindas da minha infância, hoje me trazem conforto para continuar sonhando cada dia mais. Obrigada por terem me dado tempo para estudar, condições para escolher qual profissão seguir e por nunca terem desistido de mim. Obrigada por terem tido paciência todas as vezes que precisei ir à UFLA nas reuniões, me oferecendo o carro para eu conseguir cumprir os horários. Obrigada por todas as vezes que fiquei no quarto escrevendo, e vocês até faziam silêncio para me ajudar. À vocês eu dedico a base de toda a minha vida.

Agradeço à Anínea, minha doce e amada Ana Paula, por ser a força que eu sempre precisei em momentos difíceis, por nunca me deixar desistir e me fazer enxergar, com todo amor, o potencial que eu tinha para seguir em frente com a cabeça erguida. Por toda a paciência nos dias difíceis e por todo o amor nos dias alegres. Obrigada por compartilhar a vida comigo, pra sempre. Obrigada por me ajudar em tudo que eu peço auxílio. Por me emprestar seu notebook quando eu nem tinha o meu para escrever. Obrigada por me motivar todos os dias, todas as horas. Nunca esquecerei do dia em que a primeira parte do TCC, aquele antes do Professor Gustavo, deu errado e meu mundo caiu e você limpou minhas lágrimas, me fazendo não desistir. Obrigada pelas infinitas coisas boas que você faz por mim. À você eu dedico minha força, meus sonhos, meu presente e meu futuro.

Agradeço aos meus irmãos, Laís e Vinícius, por serem tão puros e compreensíveis. Obrigada por completarem minha vida. Laís, obrigada por compreender todas as noites em que fiquei te incomodando com a luz do computador acesa e o barulho do teclado (risos). Você me acompanhou em cada frase escrita desta pesquisa. Obrigada, Vinícius, por compartilhar comigo todas as dificuldades e conquistas, nossas tardes sempre são incríveis.

Obrigada por ser um irmão mais novo, mas que me ajuda como se fosse um irmão mais velho! Você me ensina muito!

Agradeço ao meu orientador e grande amigo, professor Dr. Gustavo Costa. Gustavo, sem você, com certeza este trabalho não estaria pronto. Quando tudo parecia dar errado e mundo conspirava contra mim, você me acolheu como sua orientanda e me deu a chance de me redescobrir como aluna, profissional e pessoa! Você trouxe de volta minha motivação, minha vontade e sede de estudar, de pesquisar. Obrigada pela oportunidade de participar do LabMaps, vou cuidar do nosso núcleo enquanto você estiver fora, pode ter certeza. Obrigada por todas as pacientes correções e pelos elogios que foram muito importantes para mim. Continuarei, se Deus quiser, como sua orientanda por muitos anos ainda! Esse trabalho é nosso. Obrigada também as meninas do Laboratório.

Agradeço à Camilinha. Obrigada por ser meu equilíbrio tantas vezes nesses anos. Obrigada por me puxar orelha quando foi preciso, por me querer sempre bem e por perto. Você com certeza mora em meu coração.

Agradeço à minha família, em especial meus avós e minhas primas. Família Rezende e família Ferreira, por serem minhas raízes, de onde eu vim, e família Moreira que me acolheu tão bem. Todos vocês tem uma parcela de contribuição nessa conquista.

À Andressa, por compartilhar sonhos comigo, por me acompanhar desde muito tempo atrás, e por permanecer até hoje, do mesmo jeito. Você também mora em meu coração.

À Flávia, por ser uma amiga pra qualquer horas. Mesmo com caminhos diferentes e a distância da rotina, dona de um laço eterno em meu coração.

Agradeço ao meu chefe no estágio, Claret, por toda a compreensão. Todas as vezes que precisei me ausentar, você nunca se importou e sempre foi compreensivo. Sempre me apoiou e me ensinou muito. Conte comigo sempre.

Agradeço também às minhas amigas queridas de faculdade. Suyara, você foi a melhor companheira por todos esses anos! Quantas angústias e alegrias dividimos! Nunca esquecerei do seu apoio e de seu carinho, amigas pra sempre. Obrigada também a Bruna e Elza, vocês foram muito companheiras! Também à Luiz, Neri, Alberto, Dani e todos os demais colegas de Administração Pública que passaram em minha vida durante esses 5 anos de graduação. Não posso esquecer da turma 2014/1, que foi o início de tudo, nunca esquecerei de vocês.

Agradeço à todos meus professores. Obrigada por me oferecerem tanto conhecimento! Por fim, agradeço à minha companheira felina, Neneca. Ela mesmo sem saber, me ajudou muito. Te amo pra sempre. E todos meus animaizinhos, que sempre me trazem doçura e me ensinam a amar!

RESUMO

Pretendeu-se, neste trabalho, analisar modelos de Residência Social em andamento nas Universidades, para que seja possível formular a possibilidade de implementação da Residência em Administração Pública na UFLA. Buscou-se demonstrar a importância das atividades de extensão no curso de Administração Pública, assim como a parceria entre poder público e universidade. A pesquisa aborda questões como troca de saberes, comunidades epistêmica e prática, monitoramento e avaliação de programas sociais e a possibilidade de um novo perfil de gestor público, abordando o Campo de Públicas e suas demandas. Essa pesquisa valeu-se dos métodos de pesquisa-ação e exploratória. Com o objetivo de formular um modelo de Residência em Administração Pública para a Universidade Federal de Lavras, definiu-se, primeiramente, conceitos do Campo de Públicas, suas demandas e evoluções, bem como análise do programa “Mais gestores públicos”, seguido de análise teórica de conceitos relacionados à residência social e à inovação dessa nova metodologia de extensão e pesquisa, como a troca de saberes. Constituíram também objetivos do trabalho analisar os programas já existentes no Brasil e compará-los. Tiveram como método de coleta e análise de dados, realização de entrevistas, com perguntas relacionadas ao tema proposto, com observação direta e a análise documental, empregando-se a análise qualitativa dos dados coletados. Procedeu-se, por fim, à análise do Regimento da Residência em Políticas Públicas da Universidade de Brasília, através da metodologia de análise de conteúdo, para que pudesse ser sugerida e elaborada a minuta de regimento para o programa na UFLA. Esse estudo permitiu a ampliação do conhecimento teórico sobre o tema, além do conhecimento da importância desse programa para o desenvolvimento local. Espera-se que este trabalho auxilie na implementação da Residência em Administração Pública na UFLA.

Palavras-chave: Residência Social. Monitoramento e Avaliação. Extensão.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze Residence models in universities, so that it is possible to formulate the possibility of implementing the Residence in Public Administration at the Federal University of Lavras. It was demonstrated the importance of the extension in the course of Public Administration, as well as the partnership between public power and academy. The research addresses issues such as knowledge exchange, epistemic and practical communities, monitoring and evaluation of social programs and the possibility of a new profile public managers, addressing the Field of Publics and their demands. This research was based on the research-action and exploratory method. With the objective of formulating a model of Public Administration Residency for the Federal University of Lavras, concepts of the Public Field, its demands and evolutions, as well as analysis of the program "More public managers", followed by analysis theory of concepts related to social residence and innovation of this new methodology of extension and research, such as the exchange of knowledge. It was also the purpose of the study to analyze existing programs in Brazil and to compare them. They had as method of collecting and analyzing data, conducting interviews, with questions related to the proposed theme, with direct observation and documentary analysis, using a qualitative analysis of the data collected. Finally, the analysis of the regiment of the Residence in Public Policies of the University of Brasilia was carried out, through the methodology of content analysis, so that the regiment draft for the program at the Federal University of Lavras could be suggested and elaborated. This study allowed the expansion of the theoretical knowledge on the subject, besides the knowledge of the importance of this program for the local development. It is hoped that this work will assist in the implementation of the Residency in Public Administration at UFLA.

Key words: Social Residence. Monitoring and Evaluation. Extension.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativas.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	O conceito de residência social e o Campo de Públicas	16
2.2	A comunidade epistêmica e a comunidade de prática: a residência social sob tais perspectivas	19
2.3	As experiências da residência social/ políticas públicas nas universidades federais brasileiras	23
2.4	Experiência internacional.....	30
3	METODOLOGIA	33
3.1	Caracterização e Natureza do Estudo.....	33
3.2	Contextualização do Ambiente de Estudo.....	33
3.3	Caracterização da Amostra	35
3.4	Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados	35
3.5	Procedimentos de Análise de Dados	36
4.1	Contexto organizacional e gestão municipal na formulação da Residência em Administração Pública.....	37
4.2	Cultura de avaliação dos programas sociais na residência em Administração Pública	39
4.3	Importância dos projetos de extensão em administração pública: comunidade de prática e epistêmica	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	48
	APÊNDICE A	50
	APÊNDICE B	52

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos há uma crescente demanda por um corpo técnico qualificado e formado para gerir o Estado. Isso ocorre, em grande parte pela descentralização e reforma do Estado, no qual o poder de decisão e gestão dos municípios aumentou em grande escala, gerando assim uma necessidade de gestores formados e preparados para tal fim (SILVA et al., 2015).

O Campo de Públicas, responsável por formar profissionais da área, é um campo que cresce a cada ano e que vem ofertando para as organizações e órgãos públicos inúmeros gestores capacitados para administrar o Estado, para auxiliar e formular novas políticas públicas, e outras atividades que compõem o currículo do setor público. É composto pelos cursos superiores de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, formando cada um deles, assim, especificidades que cada curso requer. Tais especificidades demandam um perfil de egresso com formação acadêmica tecnopolítica, para atuar como formulador, implementador e analista de processos sociais complexos relacionados à esfera pública (SILVA et al., 2015).

Para entender a importância do papel do Campo de Públicas, é importante notarmos o papel dos órgãos representantes do Campo, como a Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (FENECAP). A Fenecap é a entidade máxima de representação em âmbito nacional dos estudantes de nível superior dos cursos do Campo de Públicas. Fundada em 8 de julho de 2007, à época do VI Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (ENEAP), o órgão vem desempenhando notória participação nos esforços para mais reconhecimentos e conquistas para o Campo de Públicas (FENECAP, 2019).

Juntamente com a Fenecap, a Pró-Pública Brasil (Associação Brasileira dos Profissionais do Campo de Públicas), que atua como entidade de representação nacional de egressos e profissionais do Campo de Públicas, bem como luta pela profissionalização da Gestão Pública, desenvolveu o programa chamado “Mais Gestores Públicos”. O programa, idealizado em 2013, tem como exemplo a destinação de profissionais feito pelo Mais Médicos. A partir daí, membros do movimento começaram a indagar: e se o governo federal ou estadual, não fizesse o mesmo para as atividades de gerenciamento das políticas públicas municipais? (MAIS GESTORES PÚBLICOS, 2016). Desde então, o debate acerca desses temas vem sendo aprimorado e cada vez mais ganhando espaço na gestão pública.

Com o intuito de ofertar aos alunos uma vivência prática de sua formação, surgiu, e já é adotado por algumas Universidades, a Residência em Políticas Públicas (RPP). Em alguns cursos, como por exemplo o de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília - UNB, a RPP já é uma realidade. Outras importantes Universidades que já tem o programa são a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A residência, que vem inspirada no modelo de medicina, tem como um dos grandes objetivos trazer a extensão para esses cursos do Campo de Públicas, não só beneficiando o órgão público que abrigará o residente, mas para os discentes, principalmente. Eles terão inúmeras oportunidades nessa vivência, desde poder obter uma experiência com a prática de sua profissão até se capacitar para o mercado de trabalho.

A Residência em Políticas Públicas, praticada na UNB, alinhada juntamente com os objetivos do curso para a geração de resultados para a sociedade, tem como objetivo proporcionar ao aluno um espaço de aprendizagem prático-reflexiva a partir da sua imersão em contextos prático organizacionais (SILVA et al., p. 147, 2012). Ou seja, é uma forma de inovar as práticas pedagógicas, tirando a regra de professor, sala de aula e aluno. A residência oferece a oportunidade de ir além da sala de aula, imergindo o aluno no mundo prático de sua profissão, de uma maneira didática, envolvendo a discussão das comunidades epistemológicas e de prática (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2010).

Nessa oportunidade, o aluno pode exercer e compartilhar os conhecimentos adquiridos na sala de aula, além de ser uma importante preparação para sua imersão no mercado de trabalho após a conclusão do curso. A RPP é uma espécie de Residência Social, porém com algumas especificidades. Segundo Silva et al. (2012), é feito pelo aluno o acompanhamento dos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, que pode ocorrer tanto em organizações públicas, sem fins lucrativos ou privadas, contanto que tenha como norte as políticas públicas.

Na Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde o curso de Administração Pública teve início em 2011 e hoje está em constante expansão, o estágio obrigatório em forma de Residência não estava previsto na grade curricular do curso, apenas o Estágio Obrigatório em forma de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), o estágio supervisionado dos cursos de Administração Pública pode ser exercido sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, como ocorre na UFLA. Além disso, as DCN's estabelecem que o

TCC vem sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional (BRASIL, 2014).

A consolidação de tal curso se deu por meio da necessidade de formação de bacharéis, com o fito de atender à demanda do mercado de trabalho das regiões Sul, Sudoeste e Campo das Vertentes no Estado de Minas Gerais, visto que existia uma grande carência de pessoal qualificado para o exercício da gestão pública (OLIVEIRA, TONELLI, LEME, 2017).

Ainda segundo Oliveira, Tonelli e Leme (2017), o curso, com grande notoriedade no Campo de Públicas, ainda conta com mais atividades voltadas para a pesquisa, sobrepondo-se assim, à extensão. Há uma preocupação dos estudantes e professores em torno da inquietação sobre como produzir extensão efetiva. A extensão universitária ainda pode produzir resultados mais significativos à sociedade e se acredita, firmemente, que o curso de administração pública pode ajudar muito à UFLA na superação desse dilema. Isso nos leva, por mais um motivo, a desenvolver esta pesquisa para contribuir para formulação da residência no curso.

Este trabalho de conclusão de curso tem como propósito desenvolver uma pesquisa analisando contextos e teorias, juntamente com a Prefeitura de Lavras o processo de formulação para a implementação da Residência em Administração Pública na Universidade Federal de Lavras.

O problema de pesquisa deste trabalho consiste em responder a seguinte questão: “Como se dá o processo de formulação da Residência em Administração Pública para os alunos do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Lavras?”. O objetivo é fazer um levantamento, em parceria junto à Prefeitura de Lavras, sobre como será a formulação da Residência em Administração Pública na UFLA e propor uma minuta de regimento para a Residência nesta Universidade.

Será usado e observado como modelo principal a RPP, da UNB, além de inspiração nos programas da UFBA e da UFCA. Para análise dos programas e entendimento de como funciona a Residência, iremos explorar os objetivos e como funcionam ambos na realidade municipal.

Além disso serão discutidas as questões da legislação acerca do assunto e a necessidade de cursos mais cooperativos e participativos com os órgãos públicos devido à descentralização do Estado pós-reforma de 1995, e seus devidos impactos na formação dos alunos e na importância dos mesmos para a gestão pública municipal. O surgimento das

atividades do movimento do Campo de Públicas será essencial para o desenvolvimento deste trabalho, analisando a evolução de programas que apoiam e apoiavam a inclusão da gestão pública na agenda do governo e como está esse cenário atualmente.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

- I. analisar o conceito de Residência, junto com sua proposta de metodologia;
- II. levantar dados sobre os programas de residência social e de políticas públicas existentes no Brasil;
- III. analisar o conceito de extensão universitária;
- IV. trazer a análise das comunidades epistemológicas e de prática e suas influências acerca das pesquisas em extensão e Residência Social;
- V. fornecer elementos que possam contribuir para a implementação da Residência de Administração Pública na Universidade Federal de Lavras;
- VI. Propor uma minuta de regimento para o programa de Residência do curso de administração pública da UFLA.

1.1 Justificativas

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de mostrar como a residência social/políticas públicas pode transformar a formação dos discentes em Administração Pública. A residência vem com uma nova proposta de ensino e aprendizagem, trazendo a extensão para o curso. A pesquisa desenvolvida é de grande relevância para a implementação da residência na Universidade Federal de Lavras, trazendo todo um levantamento de como funciona a residência em outras universidades.

Nesta pesquisa definimos o conceito de residência, sua trajetória no Brasil e nas universidades que já a adotaram. Além disso, traz dados, conceitos sobre a comunidade epistêmica e de prática, desenvolvendo assim uma teoria acerca da residência. A comparação entre os programas já existentes são de suma importância para o programa que será desenvolvido na UFLA.

Os alunos de Administração Pública poderão colher os benefícios desse programa e a sua metodologia, e esses benefícios são estendidos para a comunidade não só acadêmica, mas para a sociedade local e os servidores relacionados com o programa. É com esse objetivo que este trabalho se desenvolve: implantar a residência no curso de administração pública da UFLA.

Do ponto de vista técnico-científico, a presente pesquisa tem o objetivo de estruturar a residência, construindo uma extensão diferenciada para o curso. Com tudo englobado, será possível enxergar juntos: ensino, pesquisa e extensão. Com isso, a carga técnica dos discentes será ampliada em grande escala, pois terão a vivência e a prática da área de sua formação profissional.

Na inovação, essa pesquisa se destaca por ser uma das primeiras formulações de residência, com uma atividade de extensão paralela à pesquisa, voltadas para a produção científica e aperfeiçoamento de discentes do Campo de Públicas da região. Projetos em residência já vem sendo implementados em diversas universidades brasileiras, como vimos, mas essas iniciativas andam paralelas ao contexto local onde estão inseridas, portanto, a residência na UFLA, no contexto do Sul de Minas Gerais, traz uma experiência única e diferenciada comparada às outras em andamento no Brasil, como Brasília e Bahia, por exemplo. Ademais, trará um grande impacto para a gestão pública municipal e para o desenvolvimento da sociedade local.

No que se diz respeito aos aspectos sócio-econômicos, entende-se que será possível obter um impacto econômico em relação aos ganhos da eficiência do gasto público. Além disso, os servidores da organização obterão mais capacitação profissional e vivência organizacional da gestão municipal. É importante citar aqui que os servidores participarão de uma interlocução docentes, discentes e comunidade acadêmica em geral, gerando assim, motivação e maior entendimento, como dito, de uma gestão pública municipal mais eficiente.

Para mais, os discentes ganharão a experiência única e pioneira de obterem um aperfeiçoamento profissional, científico e acadêmico, com um programa de extensão com uma metodologia inovadora. Ademais, o programa de residência tem potencial para inserir discentes preparados e qualificados para o mercado de trabalho, acrescentando grande desenvolvimento para a região.

Ainda no que tange ao aspecto sócio-econômico, a sociedade local receberá impacto significativo com o programa, devido ao fato da gestão pública municipal absorver com essa experiência mais técnicas modernas e eficientes de gestão e para administrar o município e seu desenvolvimento.

Visto isso, observamos em que cada aspecto a residência trará para o curso um novo perfil, aumentando a capacidade de qualificação dos estudantes, ampliando sua experiência e vivência, além de acrescentar uma nova visão de gestão pública para os servidores e gestores

que acompanharão o trabalho nos órgãos públicos, e também na relação entre sociedade, poder público e academia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O conceito de Residência Social e o Campo de Públicas

O conceito Residência Social foi utilizado pela primeira vez por Fischer (2001), integrando assim a proposta da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS). Foi então encaminhado ao Ministério da Ciência e Tecnologia/Fundo Verde-Amarelo e desde então essa metodologia vem sendo desenvolvida como mecanismo transversal na formação em gestão social de estudantes de graduação e pós-graduação (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2010).

A residência social vem baseada na residência médica, onde o aluno, seja ele de graduação ou pós-graduação, é imerso em um ambiente organizacional para desenvolver seus aprendizados exercendo a prática durante o curso. Na residência, ele é integrado em um novo ambiente organizacional, onde ocorre trocas de saberes (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2010).

Na residência médica ela é praticada no último ano da faculdade e consiste em um desenvolvimento das atividades práticas pelos alunos sob supervisão de professores supervisores. E segundo França Filho (2002), citado por Schommer e França Filho (2010), o princípio é de que o sujeito se habilita/ ao exercício profissional na medida em que complementa sua formação mais teórica com uma vivência da prática profissional médica de modo intensivo.

Segundo o portal do Ministério da Educação, a Residência médica

É uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. Funciona em instituições de saúde, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional (BRASIL, 2017).

Além do modelo usado na medicina, a residência social também inspira-se em várias formas de investigação social desenvolvidas no campo das ciências humanas. Segundo Schommer e França Filho (2010), a observação participante, que é um método de pesquisa usado na prática antropológica, supõe uma imersão do sujeito na realidade que a princípio ainda é desconhecida. Então a partir daí esse sujeito cria e constrói esse saber, através do cotidiano e de suas vivências.

Existe ainda mais um tipo de influência da tradição antropológica. A abordagem de pesquisa-ação, que consiste em o problema de pesquisa e os métodos serem definidos por um problema coletivo, caminhando todos juntos no processo. Por fim, uma influência de contribuições vindas da administração, no qual consiste a prática de consultoria, onde o

sujeito vê-se na necessidade de criar alternativas para ações de soluções de problemas de gestão da organização (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2010).

Através dessas misturas de tradições e influências, vemos que a residência social traz um englobamento de estágio, consultoria e pesquisa social, como cita Schommer e França Filho (2010). Isso tudo leva-nos a pensar uma questão: universidade e sociedade andam juntas, paralelamente, sendo uma importante participante nas atividades de extensão. O programa vem com a proposta de integração entre pesquisa, ensino e extensão, com caráter multidisciplinar e a interação da universidade com diversos setores da sociedade (SCHOMMER, 2005).

A residência social tem uma forte característica, que se resume por ser um processo de formação em gestão social na qual o foco não está em atividades de ensino, mas nas práticas compartilhadas pelas pessoas no âmbito de processos de desenvolvimento sócio-territorial (SCHOMMER, 2005, p. 222). E aqui é importante frisar a questão territorial, pois é esse objetivo maior da residência: auxiliar os municípios integrando a sociedade e a comunidade acadêmica da área.

Silva et al.(2012) expõem um ponto importante para definir a residência no Campo das Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente o Campo de Públicas. Eles abordam a questão dos processos de aprendizagem e nos possibilita definir que esse processo na residência social se dá por meio de uma abordagem social, onde ela é “baseada na construção social, resultado da interação entre pessoas e grupos”.

Além disso, podemos diferenciar a Residência do estágio obrigatório tradicional pelo fato de que este último “está relacionado com a atuação do aluno em atividades que lhe adicionem competências de cunho técnico, priorizando processos de aprendizagem individual”. Já no estágio em formato de Residência, os alunos participam de um processo de gestão de uma política pública, sendo imerso em um contexto prático. O aluno atua como observador e interage com a equipe de gestores e líderes, compartilhando assim suas experiências e conhecimentos. Esse é o grande diferencial da Residência Social/ em Políticas Públicas: - a extensão universitária nesse mundo das políticas públicas e políticas municipais (SILVA et al., 2012). Silva et. al (2012) argumentam ainda que quanto aos resultados do programa- “espera-se uma formação que não seja apenas técnica, mas também sensível aos aspectos éticos, sociais, políticos, econômicos, ambientais e outros que permeiam o campo da gestão pública.”

Porém, antes de tudo, devemos abordar a residência da gestão pública e a importância da mesma para os gestores públicos e para os discentes do Campo de Públicas. Como Campo de Públicas, define-se:

[...] o campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com a consolidação democrática. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, a qualificação e melhoria da ação governamental e a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais, sobretudo as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (IX Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas, FP3CP, 2013, p. 124).

Com a iniciativa de tornar a gestão pública mais dinâmica, com um corpo técnico de profissionais advindos dos cursos do Campo de Públicas, a ideia do programa “Mais Gestores Públicos”, desenvolvido pela Fenecap juntamente com a Pró-Pública Brasil, fizeram aumentar o debate acerca desses temas, que vem sendo aprimorados e cada vez mais ganhando espaço na gestão pública.

O programa vem com uma proposta de ser um projeto realizado por alguma das esferas do governo, até mesmo federal. A diretriz é que sejam criadas as Residências para esses estudantes do Campo de Públicas com formações de pós-graduação para que possam atuar na prática nas prefeituras com atividades relacionadas às políticas públicas municipais (MAIS GESTORES PÚBLICOS, 2016).

No documento base do programa, elaborado conjuntamente por entidades vinculadas ao movimento, propõe-se ser uma política redistributiva da capacidade técnica, estabelecendo que o cidadão bem formado pelo dinheiro público nas Instituições de ensino superior possam dar retorno à sociedade nos locais de baixo desenvolvimento do país, com ênfase nos pequenos municípios (MAIS GESTORES PÚBLICOS, 2016).

Outro fato muito importante incluso no programa, é o tipo diferente de práticas pedagógicas e acadêmicas que a residência possibilita. Comum ao papel que as comunidades de prática podem trazer, são essas novas práticas. Uma reavaliação do papel dos docentes com seus alunos na sala de aula e na comunidade local, rompendo com o tradicionalismo e levando os conhecimentos adquiridos na sala de aula para a sociedade.

A proximidade com a gestão pública municipal e com a população contribui no desenvolvimento das ciências sociais aplicadas e da pesquisa brasileira a partir do momento em que se pode perceber com maior frequência os fenômenos sociais e políticos que acabarão se tornando objeto de estudo dos

Centros e Núcleos de Pesquisa das IES. Esse fomento, por meio do Programa Mais Gestores, ajudará a entender problemas relacionados à implementação de políticas públicas desenhadas no plano federal, à baixa capacidade institucional dos municípios mais pobres, à incipiente qualificação dos servidores municipais e às descontinuidades na execução de determinadas políticas (MAIS GESTORES PÚBLICOS, 2016, p. 3).

No documento do programa é bem explícito o papel do movimento do Campo de Públicas nesse sentido. Um dos princípios básicos desse processo é o viés não corporativista do grupo, que pensa acima de tudo em sua contribuição para o Estado brasileiro. E com a falta de capacidade de gestão das administrações municipais, as responsabilidades que o ente tem estão se tornando cada vez mais difíceis, principalmente as atividades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos programas.

A residência para os cursos do campo de públicas pode, assim, ser um grande passo para a formação desses novos profissionais, possibilitando a estes oportunidades de inserção no mercado de trabalho como corpo técnico qualificado e com custo baixo aos municípios, agregando uma experiência única para os estudantes e também para os gestores da organização.

O programa de residência em políticas públicas ofertado na Universidade de Brasília – UNB, trouxe para o Campo de Públicas essa metodologia e é um dos diversos programas deste tipo que temos no Brasil. Através do curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP, tem sido implementado o Estágio Supervisionado sob a forma de imersão acadêmica em pesquisa, denominada Residência em Políticas Públicas – RPP –, a qual intensifica a integração entre teoria e prática por meio de uma pesquisa avaliativa em dado contexto organizacional (SILVA et al., 2014).

Os projetos de residência social e de políticas públicas promovem, assim, a integração entre teoria e prática, entre a extensão e a universidade, trata das diversas formas de aprendizado, indo além do tradicional ensino baseado puramente na relação professor/ aluno. Entramos então em uma questão muito importante no debate sobre a residência social no Brasil: a comunidade epistêmica e comunidade de prática.

2.2 A comunidade epistêmica e a comunidade de prática: a Residência Social sob tais perspectivas

Para adentrar a discussão da metodologia e forma de ensino que a residência social traz, encontramos duas comunidades: a prática e a epistêmica.

As comunidades de prática técnico-política podem ser entendidas como grupos de trabalho compostos por pessoas engajadas na gestão de políticas públicas e cujo funcionamento pode ter por base a participação de todos os membros nas discussões, decisões e execuções das políticas públicas (SILVA *et al.*, 2012, p. 152).

Temos, com a produção científica, a comunidade epistêmica. Na produção científica não é difícil encontrar concepções que desvalorizam o senso comum. Segundo Lavine e Dion, citados por Schommer (2005), “qualquer saber fundamentado na intuição, na tradição e no senso comum é frágil, por isso recomendam que se desconfie das explicações típicas do senso comum.”

Santos (2003), citado por Schommer (2005), explica que, apesar de fatores como o senso comum assumir viés conservador, não faz sentido opô-lo de maneira simplista ao conhecimento científico, até porque correntes científicas podem também ter um viés conservador. Santos afirma ainda, que há inúmeros tipos de senso comum, em diferentes tempos e lugares.

Essa primeira ruptura epistemológica, que deixa de confrontar então o senso comum com o científico, resulta em uma comunidade científica heterogênea e complexa, sujeita a várias determinações estruturais, variando de locais e comunidades científicas de diferentes áreas (SCHOMMER, 2005). Isto é, traz uma complexidade entre essas diferenças, essas divisões e separações da ciência para o conhecimento popular, o senso comum.

Mas após essa ruptura ocorrida pela ciência moderna, acontece uma segunda, dessa vez na ciência pós-moderna. Nesse momento, ocorre um encontro entre ciência e senso comum. Como explica Schommer (2005), isso não significa anular a primeira ruptura, mas sim um trabalho de transformação para um senso comum mais esclarecido e uma ciência mais prudente. Após a superação dessa dicotomia, o conhecimento vem a ser mais reflexivo, prático, democrático e emancipador do que se ambos os conhecimentos fossem passados sozinhos, tanto o senso comum quanto o conhecimento científico.

Através dessa segunda ruptura, a residência social e seus objetivos passam a ser enxergados nesse contexto, visto que a união entre universidade (produção científica) e sociedade (senso comum), é um dos pilares para essa metodologia. É importante lembrar e considerar que “os cientistas não são os únicos agentes de transformação social” (SCHOMMER, 2005). Surge aqui então o termo “comunidade de prática”.

O termo “comunidade de práticas” é recente no campo dos estudos organizacionais, e, segundo Schommer (2005), é uma abordagem conceitual que enfatiza a aprendizagem que

ocorre nas interações sociais entre pessoas, em contextos que propiciam seu engajamento em práticas compartilhadas, surgindo então as comunidades de prática.

As comunidades de prática podem ser definidas como grupos de praticantes que compartilham objetivos e desafios, interagem regularmente, aprendem pelos outros e com os outros, e desenvolvem habilidades para lidar com tais desafios e atingir seus objetivos. [...] cabe ressaltar que o termo comunidade de prática constitui uma unidade. Nem toda comunidade define-se pelas práticas que compartilha, assim como nem toda prática está inserida no âmbito de uma comunidade específica (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2003, p. 207).

O fato do estudante compartilhar com os demais envolvidos no programa, sejam eles, professores, tutores, funcionários da organização e os próprios cidadãos, sua vivência, suas experiências, uma verdadeira troca de saberes, isso forma uma comunidade de prática. E essa comunidade de prática, além de proporcionar essa troca de saberes e experiências, ofertará para a teoria aprendida na universidade, toda a experiência e conhecimento adquirido durante a residência social.

Schommer e França Filho (2003), definem que “os estudos a respeito de comunidades de prática estão inseridos na abordagem social da aprendizagem”. Nesse processo a aprendizagem não ocorre de forma técnica que acontece na cabeça dos indivíduos, mas sim numa troca de saberes entre várias pessoas, na interação entre elas (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2003).

As experiências que envolvem residência social permitem sugerir que tal metodologia seja analisada como iniciativa que promove a aprendizagem por meio da interação entre pessoas em diferentes organizações, em torno de práticas compartilhadas em algum grau. Esse envolvimento de caráter sócioprático gera oportunidades de intercâmbio, de combinação e de geração de novos conhecimentos que são compartilhados entre indivíduos e entre comunidades de prática já existentes, além de fomentar o surgimento de novas comunidades de prática. Nessas interações, há oportunidades de aprendizagem para todos os envolvidos nos processos, não apenas para os estudantes/residentes sociais [...] (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2003, p. 208).

Essas questões são importantes quando falamos de alunos do campo de públicas. Como dito acima, o campo engloba diversos cursos que lidam diretamente com questões do Estado. Ou seja, diretamente com a população, já que são preparados para gerir a máquina pública, criando novas políticas públicas e auxiliando a gestão das já existentes. Quando falamos da residência para alunos desses cursos, falamos diretamente dessas trocas de experiências, visto que eles sempre irão lidar com os cidadãos nessas organizações, seja trabalhando diretamente ou simplesmente nos setores administrativos. Nos tópicos a seguir iremos abordar mais a questão da residência no campo de públicas.

Um dos campos para ampliar a aprendizagem são os

processos de desenvolvimento territorial, regional ou local, uma vez que o conhecimento é progressivamente reconhecido como fundamental, seja para ampliar a competitividade de empresas, regiões e países, ou para promover justiça e melhores condições sociais e ambientais. A capacidade de aprendizagem de indivíduos e organizações pode ser vista como base para o desenvolvimento, tanto no âmbito individual, quanto organizacional e territorial (SILVA, SCHOMMER, 2008, p. 114).

A comunidade de prática entrelaça-se com o desenvolvimento territorial. Bolzani Júnior (2004), citado por Schommer e França Filho (2008), fala da “importância de certas condições para práticas compartilhadas em comunidade que gerem oportunidade de aprendizagem no âmbito de processos participativos que visam à inovação e ao desenvolvimento local”. Nesse sentido, o autor liga diretamente a questão das comunidades de prática, relacionando com a possibilidade de os integrantes participarem das questões relativas à prática, através de meios de participação legítima.

Schommer e França Filho (2008) tocam em um ponto crucial para o desenvolvimento e objetivo dessa pesquisa: a questão de que esses tipos de processo visam contribuir para o desenvolvimento, utilizando essas metodologias que incentivam a participação de todos os tipos de atores sociais. A confluência dessas metodologias, juntamente com os processos, corresponde sobre um dos fatores mais estudados na comunidade de prática: a participação.

As estruturas nos órgãos públicos criam relações nas quais ocorrem situações de cooperação, por exemplo. E quando isso ocorre, são produzidos novos conhecimentos, ferramentas, inovações, entre outros (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2008). A relação criada entre gestores e funcionários dos órgãos, estudantes residentes, tutores e população na residência geraram tais benefícios não só para a formação dos estudantes, que terão em sua experiência profissional essa vivência, mas também para o município que passa a contar com profissionais preparados para futuros desenvolvimento de políticas públicas e gestão do município. Além disso, trará para os órgãos participantes um novo olhar sob as formas de gerir e administrar, de se relacionar e de desenvolver suas práticas.

Schommer e França Filho (2008) resumem em algumas palavras como as comunidades de prática podem revolucionar o papel do professor.

[...] explorar o papel das comunidades de prática como poderoso instrumento na formação de professores no ensino superior pode nos conduzir, indiretamente, a uma reavaliação sobre métodos tradicionais de ensino-aprendizagem e sobre o papel do professor em sala de aula, fazendo-o

refletir sobre sua ação docente. Isso abre horizontes para reflexões sobre a possibilidade de o docente romper com o tradicional papel de autoridade suprema e incontestada, dono de todo o saber, para assumir-se numa função de facilitador do processo de aprendizagem em sala de aula. Tal mudança pressupõe uma postura que melhor incentiva o diálogo, os debates, as trocas de experiências e significados e, sobretudo, uma maior valorização do conhecimento prático, profissional e vivencial dos alunos, enriquecendo sobremaneira a negociação de significados (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2008, p. 124).

Analisando todo o papel que a comunidade de prática tem não só na residência social, mas em todos os projetos de pesquisa e extensão das universidades, vemos que ela possibilita um novo patamar de experiências para os discentes e docentes, renovando a formação dos estudantes e trazendo um novo olhar para a gestão pública e como é exercer a profissão. No próximo tópico iremos analisar as experiências das universidades onde a residência social e de políticas públicas já funcionam.

2.3 As experiências da residência social/ políticas públicas nas universidades federais brasileiras

A mistura dos saberes, uma nova proposta pedagógica, novas relações entre ensino e aprendizagem, tudo isso e mais diversas experiências vêm sendo utilizadas como motivos para que diversos cursos procurem formar novos profissionais, introduzidos na realidade de suas profissões quando estão terminando o curso.

Segundo Baulosa e Barreto (2010), grande parte dessas experiências buscam se distinguir do estágio tradicional, onde o aluno acaba se tornando uma espécie de substituto nas organizações onde são inseridos ou apenas complementares devido aos salários mais em conta para os contratantes. O objetivo de diferenciar os dois, seria que nessa metodologia, o aluno faz parte do contexto organizacional, está inserido de forma que gere alunos criativos, participativos e imersos no contexto prático-organizacional, integrando os saberes. Além disso, o residente será inserido na organização incumbido de um papel de investigador e analista de políticas públicas, o que o distingue muito em relação a um estágio convencional.

Na mesma mão que esses objetivos, a residência social é um programa que vem se consolidando e crescendo no Brasil. A residência social agrega modelos mais democráticos e plurais de gestão de problemas considerados de alta relevância social, quase sempre ancorados aos conceitos de desenvolvimento socioterritorial (BOULLOSA, BARRETO,

2010). Podemos dizer que a capacidade de aprendizagem de indivíduos e organizações pode ser vista para o desenvolvimento, principalmente no âmbito territorial (SCHOMMER, 2005).

Assim, compreender como acontece a aprendizagem, como o conhecimento é gerado, apropriado e disseminado em cada contexto e como o processo de aprendizagem relaciona-se com as condições políticas, culturais e históricas das pessoas, torna-se fundamental para compreender e intervir em processos de desenvolvimento sócio-territorial (SILVA, SCHOMMER, 2008, p. 114).

As práticas compartilhadas na comunidade de prática, geram oportunidades de aprendizagens no âmbito de processos participativos que visam à inovação e ao desenvolvimento local (SILVA, SCHOMMER, 2008).

A primeira experiência analisada neste trabalho é a da Universidade Federal da Bahia – UFBA. A residência social nesta instituição foi criada em 2001 por Tânia Fischer e implementada em várias escalas, desde a graduação a pós-graduação, todas no curso de Gestão Social, no âmbito do Programa em Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA. Essa experiência é capaz de levar o aluno a um espaço de aprendizagem prático-reflexiva, através da sua imersão em contextos práticos organizacionais diferentes dos seus contextos habituais. O objetivo dessa imersão é oferecer ao estudante capacidades inerentes à um gestor. Esse objetivo pode ser atingido e relacionado através três dimensões dessas ações prático-reflexivas. São elas: socialização de diferentes saberes, compreensão mais complexa da realidade; e conexões entre ensino, pesquisa e extensão (BOULLOSA, BARRETO, 2010).

Todas as experiências da UFBA são promovidas pelo CIAGS, da Escola de Administração – EAUFBA (BOULLOSA, BARRETO, 2010).

No ensino presencial, os números são mais modestos do que no ensino à distância: cerca de 25 alunos de graduação realizaram experiências como residente social por períodos médios de seis meses em projetos de extensão (entre 2001 e 2008), 20 alunos de duas turmas de especialização (entre 2005 e 2009) e 23 alunos de duas turmas do mestrado profissional (entre 2005 e 2009), perfazendo um total de 68 ex-residentes sociais (BOULLOSA, BARRETO, 2010, p. 186).

A residência social na UFBA acontece em vários tipos de modalidades de cursos, de graduação à pós-graduação. Aqui abordaremos as situações no curso de graduação tecnológica em gestão pública e gestão social e cursos de graduação presencial.

Na graduação tecnológica em gestão pública e gestão social, a residência vem ofertada no 4º período como disciplina obrigatória. Para atender aos contornos políticos-pedagógicos da metodologia, foram desenvolvidos os mesmos com a dupla função da RS: oferecer

oportunidades para o aluno residente se aproximar da sua comunidade de prática e do outro problematizar e criar contextos para seu trabalho de conclusão de curso (BOULLOSA, BARRETO, 2010).

Boullosa e Barreto (2008, p. 189) enumeram quatro diferentes tipos de aprendizagem, devido aos desafios que são da inovação e aprendizagem em Gestão Pública e Social:

- (a) Imersões pontuais *in loco* em instituições, organizações ou projetos parceiros que aceitem acolher experiências reflexivas de acordo com o eixo orientador do ano acadêmico em questão [...]
- (b) Encontros organizados com instituições, organizações ou projetos durante o horário reservado pela grade curricular ao Programa de Residência Social [...]
- (c) Imersão continuada em instituições, organizações ou projetos parceiros que aceitem acolher experiências reflexivas. Estas imersões são de caráter individual e não obrigatório, com duração mínima de um mês (80 horas, turno matutino ou vespertino). Os residentes devem assumir o papel de observador participante.
- (d) Desenvolvimento de trabalho coletivo, possivelmente com a divisão do grupo em três grupos menores, com o objetivo de vivenciar a construção de uma experiência controlada de transformação territorial.

Percebe-se a importância do coletivo, da troca de experiências para o desenvolvimento do programa.

Quanto aos cursos de graduação presencial com grande duração, a experiência pode abrigar alunos de outros cursos da UFBA, que são acolhidos na residência social através de projetos de pesquisa e extensão. Esse tipo pode ser explicado da seguinte forma:

[...] consiste em um período de imersão de, no mínimo, seis meses, com carga horária de 20 horas semanais (atividade paralela e complementar ao percurso formativo), em tais projetos que necessariamente estão ligados ao tema do desenvolvimento territorial ou desenvolvimento local. Os Residentes Sociais devem participar do cotidiano do projeto, assumindo tarefas junto ao grupo, podendo especializar-se em algumas delas, mas devem ser incentivados a assumirem uma postura de observador-participantes em tais contextos. Os Residentes Sociais da graduação seriam, portanto, vistos como aprendizes-pesquisadores [...] (BOULLOSA, BARRETO, 2010, p. 189).

Nesse tipo de residência também podemos ver a importância da participação do residente nas ações e atividades da organização, como observador-participante. Isso é essencial para o desenvolvimento de sua experiência, além do fato de o tema ser ligado a desenvolvimento territorial ou local, o que é de grande importância para uma residência onde os alunos farão o programa em órgãos municipais.

Existe, também, e é um dos mais notáveis programas, a residência em políticas públicas ofertado na UnB. Através do curso de Gestão de Políticas Públicas – GPP, tem sido implementado o Estágio Supervisionado sob a forma de imersão acadêmica em pesquisa, denominada Residência em Políticas Públicas – RPP (SILVA *et.al*, 2014).

A proposta da Residência em Políticas Públicas vem de encontro com às finalidades do curso, paralelo ao compromisso de geração de resultados para a sociedade. A RPP vem como disciplina a ser cursado no sétimo e oitavo semestres. Também inspirada no modelo da residência de medicina, a RPP conta com particulares características e tem o objetivo de oferecer ao discente um espaço de aprendizagem prático-reflexiva. Podemos perceber que existe uma característica em comum entre os cursos que possuem a residência como um projeto: esse espaço de aprendizagem prático-reflexiva, que acaba se tornando um dos pilares dessa metodologia (SILVA *et al.*, 2014).

O objetivo da residência na UnB é ampliar o conhecimento do discente, para que eles aprendam, a partir do exercício prático, a realizar a gestão de organizações públicas e não-governamentais, formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas públicas. Ainda sobre o funcionamento da RPP, podemos definir que:

A Residência é matéria obrigatória no sétimo semestre e optativa no oitavo semestre e será realizada em organizações públicas e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos), ou de maneira alternativa, a ser definida no regulamento específico. Em termos de sua organização, contará com a supervisão de membro do corpo docente do Curso. A carga horária mínima exigida é de 60 horas, equivalente a quatro créditos, sendo que a carga horária máxima é de 120 horas, equivalente a oito créditos. Pode ser realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, a qual ocorre em tempo integral, abrangendo no mínimo três semanas e no máximo quatro semanas contínuas; Residência com imersão parcial, a qual ocorre em meio período diário, contemplando no mínimo seis semanas e no máximo oito semanas contínuas (SILVA *et al.*, 2014, p. 150)

Em todos os tipos de residência as experiências buscam inserir o aluno formando na prática e contexto de sua formação, atuando como observador e participante da equipe, trocando saberes e experiências, tudo da mesma forma como a residência social. Gurgel (2013) e Minayo (2005), citados por Silva *et al.* (2014), explicam a metodologia do programa RPP, resultam numa triangulação de métodos. Resulta em uma triangulação, pois o pesquisador atua como etnógrafo, utilizando técnicas de entrevistas, observação participante e análise documental.

Pode-se entender como triangulação de métodos, a expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação das ações e a visão que os atores diferenciados constroem sobre o projeto (MINAYO *et al.*, 2005). Através dessa múltiplas técnicas de coletas de dados (triangulação), é que é possível obter uma boa etnografia. É nessa perspectiva que se realiza a RPP, a partir da imersão do estudante em uma organização pública ou privada sem fins lucrativos, utilizando as técnicas de observação, entrevistas e pesquisa em arquivos. Assim, é possível compreender a política pública como ela realmente ocorre (SILVA *et al.*, 2014).

Além da UFBA e UnB, temos as experiências UFRGS, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por meio do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG e da UFCA. Todas essas residências tem suas metodologias próprias e seus modos de desenvolver o programa, porém o objetivo é sempre o mesmo: a integração da extensão com a pesquisa e ensino, de forma inovada e mais pedagógica.

Na UDESC, a residência é para pessoas formadas e é focalizada na gestão municipal. Segundo o portal da instituição, “o programa selecionará 29 profissionais para trabalhar durante quinze meses em dez prefeituras catarinenses que aderiram à iniciativa.” (UDESC, 2019). E são para pessoas formadas no Campo de Públicas. Os selecionados recebem um salário e são classificados como funcionários comissionados. O programa surgiu como uma iniciativa dos alunos do 5º período do curso de Administração Pública, como atividade da disciplina Políticas Públicas, ministrada pelo professor Leonardo Secchi (UDESC, 2017). Além disso, os residentes são orientados por professores e contam com um aperfeiçoamento técnico ofertado pela Fundação ENA. Ainda que um pouco diferente dos outros tipos de residência que encontramos, o caso da UDESC é uma importante contribuição para a análise dos tipos de residência social e de políticas públicas.

Já na UFCA, a residência vem como estágio obrigatório para a conclusão do curso.

É estruturada em duas disciplinas de seis créditos, integralizando 192 horas; uma no 7º semestre – Residência Social em Núcleo de Conhecimento (96 horas); e outra no 8º semestre – Residência Social em Organizações (96 horas). Na primeira, o estudante confectio - na um projeto de pesquisa ou um plano de diagnóstico organizacional. No semestre seguinte, o estágio é realizado em organizações públicas, privadas ou da sociedade civil com o consequente desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (SILVA *et al.*, 2014, p. 4).

Com todas essas experiências, além dos outros tipos, como, por exemplo, no mestrado, vê-se que a residência social é um desafio. Toda essa questão da troca de saberes, sejam eles internos, externos, coletivos ou individuais, talvez os alunos não consigam explorar as oportunidades dessa experiência sócio-prática (BOULLOSA, BARRETO, 2010). Para isso, os mesmos autores explicam que é necessário que a residência social seja fruto de uma alquimia única, onde todos os atores envolvidos se situem culturalmente, nessa troca de práticas, localizados no tempo e espaço.

Tudo isso é importante para que essas tensões e lacunas sejam resolvidas, instigando a todos os envolvidos a participação e o surgimento de inovações, ideias novas, a questão do equilíbrio. Com as diferenças que existem entre todos eles, gera essa ideia de diálogo, discussão, decisões tomadas em conjunto. Isso é o que faz a residência social, a troca de saberes entre todos, e no fim, realizando o objetivo que é o aprendizado de todos os atores.

Para o Campo de Públicas essa proposta curricular e metodológica de ensino e pesquisa é essencial atualmente. Com as novas demandas e novos profissionais sendo formados, programas como esse trazem para o Campo um novo olhar sobre a profissão, sobre como unir a técnica aprendida nas salas de aula com a experiência das organizações.

Quadro 1 – Comparativo da duração das experiências existentes em residência social/pública

UFBA Seis meses	UFCA 2 disciplinas (semestres)	UNB 2 disciplinas (semestres)	UDESC 15 meses
<p>Existem 68 ex-residentes no projeto, que teve início em 2001. Todas as experiências da UFBA são promovidas pelo CIAGS, da Escola de Administração – EAUFBA. Na graduação tecnológica em gestão pública e gestão social, a residência vem ofertada no 4º período como disciplina obrigatória. Quanto aos cursos de graduação presencial com grande duração, a experiência pode abrigar alunos de outros cursos da UFBA, que são acolhidos na residência através de projetos de pesquisa e extensão. Tem período de imersão de, no mínimo, seis meses, com carga horária de 20 horas semanais, em tais projetos que necessariamente estão ligados ao tema do desenvolvimento territorial ou desenvolvimento local. Os Residentes devem participar do cotidiano do projeto, assumindo tarefas junto ao grupo, podendo especializar-se em algumas delas, mas devem ser incentivados a assumirem uma postura de observador-participantes em tais contextos. Os Residentes Sociais da graduação seriam, portanto, vistos como aprendizes-pesquisadores.</p>	<p>É estruturada em duas disciplinas de seis créditos, integralizando 192 horas; uma no 7º semestre – Residência Social em Núcleo de Conhecimento (96 horas); e outra no 8º semestre – Residência Social em Organizações (96 horas). Na primeira, o estudante confecciona um projeto de pesquisa ou um plano de diagnóstico organizacional. No semestre seguinte, o estágio é realizado em organizações públicas, privadas ou da sociedade civil com o consequente desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.</p>	<p>Vem como Estágio Supervisionado sob a forma de imersão acadêmica em pesquisa, denominada Residência em Políticas Públicas – RPP. A Residência é matéria obrigatória no sétimo semestre e optativa no oitavo semestre e será realizada em organizações públicas e do terceiro setor (ONGs e demais organizações sem fins lucrativos), ou de maneira alternativa, a ser definida no regulamento específico. Em termos de sua organização, contará com a supervisão de membro do corpo docente do Curso. A carga horária mínima exigida é de 60 horas, equivalente a quatro créditos, sendo que a carga horária máxima é de 120 horas, equivalente a oito créditos. Pode ser realizada por meio de duas modalidades: Residência com imersão total, a qual ocorre em tempo integral, abrangendo no mínimo três semanas e no máximo quatro semanas contínuas; Residência com imersão parcial, a qual ocorre em meio período diário, contemplando no mínimo seis semanas e no máximo oito semanas contínuas.</p>	<p>Na UDESC, a residência é para pessoas formadas e é em gestão municipal. O programa seleciona 29 profissionais para trabalhar durante quinze meses em dez prefeituras catarinenses que aderiram à iniciativa. E são para pessoas formadas no Campo de Públicas. Os selecionados recebem um salário e são classificados como funcionários comissionados. O programa surgiu como uma iniciativa dos alunos do 5º período do curso de Administração Pública, como atividade da disciplina Políticas Públicas, ministrada pelo professor Leonardo Secchi.</p>

Fonte: autoria própria

2.4 Experiência internacional

Todas essas experiências, todos esses programas, são pioneiros no Brasil. Além daqui, temos uma experiência dos Estados Unidos, que acontece na Lyndon B. Johnson School of Public Affairs. A instituição foi fundada em 1970 com o intuito de promover inovação no setor público. É um programa de graduação que quebra com a tradicional forma das escolas de políticas públicas, oferecendo uma nova educação nos assuntos de políticas pública e assuntos públicos em geral (SHERMAN, DUNCAN, 2000, tradução própria).

Segundo os Sherman e Duncan (2000), o programa da faculdade vem com o mesmo intuito dos programas no Brasil: formar os estudantes intercalando entre as matérias, atividades interdisciplinares e contato direto com as práticas do governo e das instituições públicas. O fundador da escola é John Gronouski, o qual era acadêmico e ao mesmo tempo ocupava gabinetes nos governos de Kennedy e Johnson, (1961 – 1969).

A LBJ School possui programas com os alunos em projetos de políticas públicas para solucionarem problemas em níveis nacional e internacional, além de problemas locais. Segundo Sherman e Duncan (2000), eles atraem financiamento externo para apoiar vários centros e programas de pesquisa especializados. São unidades compostas por equipes de pesquisadores profissionais e estudantes. Os alunos ganham uma bolsa e trabalham com os clientes do governo em projetos que examinam algumas das questões políticas mais complexas, como, por exemplo, possíveis impactos de um novo mecanismo de financiamento. Esse tipo de estrutura de pesquisa oferece oportunidades para parcerias entre universidades e governo.

Após analisar alguns casos e definir o que é a residência social, mostrar a importância da mesma para a formação dos alunos, misturando os saberes, adquirindo novos conhecimentos e compartilhando experiências, através da pesquisa e extensão entre sociedade e universidade, iremos explorar na pesquisa a possibilidade da formulação do programa de residência para os alunos formandos de Administração Pública da UFLA.

2.5 Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais

Ao analisarmos os conceitos que envolvem os vários tipos de Residência Social/ Políticas Públicas/ Administração Pública, não podemos deixar de abordar a questão do monitoramento dos programas sociais. Tal conceito é de grande importância no desenvolvimento e resultados obtidos ao final do programa Residência. Na UFLA, por

exemplo, já está sendo implementado no âmbito do curso de Administração Pública o Laboratório de Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais.

Após a Constituição de 1988, onde o espaço de políticas sociais no Brasil aumentou, o campo de monitoramento e avaliação dessas políticas ganharam importância. Com isso veio a crescente da Cultura de Avaliação. Na residência, isso vem de encontro. O autor Paulo Jannuzzi mostra que a cultura de avaliação é um empreendimento técnico-científico de uso de métodos da pesquisa social para investigar a situação, os problemas e os diferentes aspectos da gestão de um programa público, ao longo de seu “ciclo de vida” (JANNUZZI, 2011).

Jannuzzi (2014), em outro momento, explica ainda que essa cultura considera sempre o contexto organizacional e político em que uma política está inserida, tendo a finalidade de informar necessidades de aprimoramento para contribuir com outros programas, à fim de trazer melhores condições sociais para a população.

Naturalmente, tão importante quanto produzir informação é se esforçar para que ela chegue aos destinatários que podem fazer uso inteligente e efetivo da mesma. Todavia, informação para o ciclo de gestão de políticas e programas é complexa e requer esforço intenso de capacitação e formação, a fim de ser sistematizada em suportes adequados – tais como documentos, sínteses, portais, produtos multimídia etc. – e customizada para diferentes tipos de usuários nos governos federal, estadual, municipal e nos equipamentos sociais. Considerando o atual volume de recursos aportados em política social no Brasil, assim como o quantitativo necessário de técnicos e gestores aos diferentes arranjos institucionais e operativos dos programas, será por via da permanente capacitação e formação de quadros que a efetividade social do gasto se concretizará nas próximas décadas (JANNUZZI, 2014, p. 4).

Percebemos, então, que o papel do residente é muito importante para esse objetivo ser concluído. Através da troca de saberes com os alunos, os servidores poderão ser capacitados para passarem a desenvolver a cultura de avaliação na organização, assim como os servidores passarão aos alunos mais itens para que as pesquisas acerca da avaliação e monitoramento sejam aprimorados dentro do ambiente acadêmico.

A importância dessa cultura de avaliação ser implementada nas organizações participantes da Residência, é que elas causam um impacto direto e positivo na população local, além das práticas gestoras públicas municipais. Observamos, muitas vezes, que as Prefeituras locais não possuem muitos indicadores e nem dados arquivados, o que dificulta muito o desenvolvimento eficaz das políticas públicas e dos programas sociais.

Jannuzzi (2014), afirma que para que essas políticas e programas sociais avaliados consigam cumprir seus objetivos específicos e contribuir para maior efetividade social da ação pública, é necessário produzir informação e estudos de diferentes naturezas, valendo-se de uma combinação plural de metodologias, com abordagem de diferentes sujeitos envolvidos (beneficiários, usuários, técnicos na ponta e gestores).

E sobre os benefícios e a seu envolvimento, a cultura de avaliação traz um aumento significativo na participação social, pois ela é diretamente trabalhada junto aos beneficiários do programa social. Essa interlocução é muito importante, pois conseqüentemente o beneficiário pode contribuir, trazendo informações e dados importantes para o gestor que está analisando aquela política. Ademais, o cidadão é introduzido de uma forma mais participativa, onde acontece esse aumento da participação social. Iremos adentrar nessa questão nas análises e discussões dos resultados.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização e Natureza do Estudo

O tipo de pesquisa adotado neste trabalho, para atingir o objetivo proposto é a pesquisa exploratória e pesquisa-ação. Essa escolha se dá a partir da necessidade de levantar questões sobre o problema de pesquisa e o objeto de estudo. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Envolve também um levantamento bibliográfico (GIL, 2007).

A pesquisa exploratória, além de possibilitar uma maior familiaridade com o nosso objeto de pesquisa, através de estudos, proporciona uma imersão nos materiais existentes sobre residência. Por permitir que essa aproximação com o tema seja possível, a pesquisa exploratória é a mais adequada para este trabalho. Através disso, é realizável a obtenção de informações e estudos dos programas já existentes, construindo e elaborando hipóteses para a possibilidade da formulação e implantação da residência em Administração Pública na UFLA.

Esta é uma pesquisa-ação pois este é um trabalho que propõe uma resolução para a implementação da residência social na UFLA. Tripp (2005) define esse tipo de pesquisa como uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática.

Não sendo necessário a aplicação de dados quantitativos para o desenvolvimento, essa investigação conta com levantamentos bibliográficos, entrevista semiestruturada e análise documental.

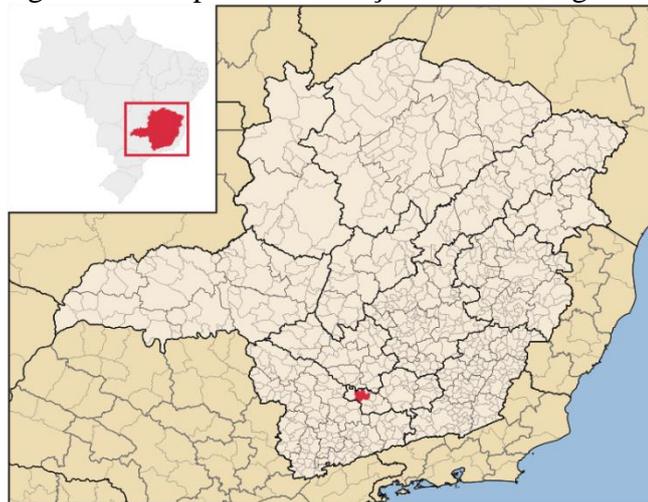
3.2 Contextualização do Ambiente de Estudo

O município escolhido para investigação nesse estudo é Lavras/MG. Com 564, 744 km², é um importante município mineiro e possui 102.728 habitantes (IBGE, 2018). Está localizado ao sul do estado de Minas Gerais, próximo ao Campo das Vertentes. A cidade se destaca pela atividade agropecuária e também pela Universidade Federal de Lavras, o que causa grande notoriedade ao município. A cidade foi escolhida por ser sede da Universidade Federal de Lavras, mais precisamente do curso de Administração Pública, que será o objeto de nossa pesquisa.

Além disso, a microrregião de Lavras também será incluída no programa. Os municípios que fazem parte da microrregião de Lavras são: Carmo da Cachoeira, Carrancas, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nazareno, Nepomuceno, Perdões e Ribeirão Vermelho. A Universidade conta com muitos estudantes que advêm dessas cidades aos arredores, um dos motivos para que o projeto da residência em Administração Pública conte com prefeituras desses respectivos municípios.

Na figura 4.1 pode-se identificar no mapa do Brasil e de Minas Gerais a microrregião de Lavras

Figura 4.1: Mapa da localização da microrregião de Lavras



Fonte: Wikipédia

Sendo municípios de porte menor, os mesmos podem receber um grande desenvolvimento com a chegada dos alunos residentes às suas prefeituras, sendo de grande benefício para o poder público e para as suas populações.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) foi aprovado sem que houvesse reflexões consistentes [...] Em agosto de 2011, já com a presença de 3 professores contratados às vagas previstas, foi nomeada uma comissão de revisão pela Portaria DAE nº 24 de 1 de agosto de 2011, posteriormente substituída pela Portaria DAE nº 2 de 8 de março de 2012 [...] O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso, sua vocação e organização caracterizam-se, inicialmente, pelos seguintes elementos compositivos, de acordo com as instruções do MEC/CAPES/DED/PNAP (2012): I. Transversalidade; II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino; e III. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). (OLIVEIRA, TONELLI, LEME, 2017, p. 289).

Segundo Oliveira et.al (2017), para suprir uma necessidade de bacharéis em Administração Pública, com o objetivo de atender à demanda do mercado de trabalho da região Sul, Sudoeste e Campo das Vertentes de Minas Gerais, que carecia de servidores públicos qualificados para o exercício da gestão pública, seja na administração direta ou indireta, veio a consolidação do curso. Além disso, o curso é ofertado no período noturno para contribuir com a expansão da Universidade, devido à sua ampla infraestrutura.

3.3 Caracterização da Amostra

O objeto de estudo será demonstrado através de casos comparados. Onde analisaremos o programa da UnB, com seu regulamento, e uma comparação com o contexto da UFLA para que seja construída a proposta para esta universidade. Tudo isso através de uma pesquisa documental. O modelo escolhido para análise, da UnB, foi definido por ser semelhante aos objetivos da Residência para a UFLA, além de possuir uma metodologia semelhante à que é almejada pelo corpo técnico do curso.

Na análise de casos comparados é possível observar a pluralidade dos casos e compreender melhor a realidade. Além disso será possível extrair as melhores práticas e obter subsídios para a elaboração de uma proposta adequada ao contexto da UFLA a partir destas experiências.

Serão realizadas entrevistas com secretários da Prefeitura Municipal de Lavras, alocados em secretarias estratégicas, que poderão acrescentar para o início da formulação da residência na UFLA. Serão entrevistados dois secretários, das áreas de desenvolvimento social e gestão de governo.

3.4 Instrumento de Pesquisa e Coleta de Dados

Elaborado nos conceitos e premissas da residência social, o roteiro de entrevistas contém questões que procuram identificar a importância das atividades de extensão e pesquisa no curso de Administração Pública da UFLA, bem como os efeitos da residência para as prefeituras participantes, além de fatores externos (políticos e sociais). Ademais, as entrevistas servirão como a base para entendermos onde e como os alunos residentes serão inseridos dentro do setor que irão trabalhar (residência).

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado para secretários da Prefeitura Municipal de Lavras. No roteiro as análises serão divididas em questões referentes ao papel

do poder público na formulação e implementação da residência em políticas públicas, treinamento e capacitação de servidores, desenvolvimento da residência ao decorrer do programa (relatórios, análises e acompanhamento para com os residentes), parceria entre a Universidade e as respectivas prefeituras, maiores demandas para cada uma delas.

Portanto, obtemos como instrumentos de coleta a análise dos documentos e artigos que relatam as experiências de residência no Campo de Públicas, com seus respectivos regulamentos e metodologias e entrevistas com atores chave.

O roteiro está disponível no apêndice A. As entrevistas realizadas através do roteiro contido no respectivo apêndice foram gravadas por meio de dispositivo eletrônico e posteriormente transcritas, para melhor compreensão dos depoimentos. A pesquisa documental também abordou regulamentos existentes de residência em atividade no Brasil e serviu para a construção desta pesquisa, bem como para fundamentar as discussões e análises.

3.5 Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas e demais dados coletados, usaremos a análise de conteúdo. Trata-se do estudo de textos e documentos, da análise de comunicações, tanto associada aos significados, quanto aos significantes da mensagem (ROVERE, 2019).

O método tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Além disso, a análise de conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual (MOZZATO, 2010). A análise de conteúdo possibilita conhecer o que há por trás das palavras, possibilitando assim a interpretação e a análise dos documentos reunidos e respectivas entrevistas.

Ademais, a análise de conteúdo, por ser uma leitura “profunda”, que é determinada pelas condições oferecidas pelo sistema linguístico, objetivando a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores, será possível compreender e aplicar todos os dados acerca da residência de Administração Pública para a UFLA.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como fonte de coleta de dados utilizamos a aplicação do roteiro de entrevista, que foi elaborado com base nos conceitos e premissas sobre o que poderia ser referência para a construção da residência em Administração Pública na UFLA. Utilizamos também a análise documental do regulamento de cada universidade com o programa de residência em prática, com ênfase na RPP, da UnB.

As perguntas do roteiro de entrevista tinham como objetivo identificar a importância das atividades de extensão para o tríade município, universidade e sociedade, bem como para gestão municipal, servidores da organização, e os residentes participantes do programa. Os entrevistados foram 2 Secretários da Prefeitura Municipal de Lavras.

Para análise dos dados obtidos optamos como procedimento a divisão das questões utilizadas no roteiro de entrevista em segmentos relacionados aos temas específicos trabalhados no referencial teórico. Nesse sentido as categorias de análises são: contexto organizacional da gestão municipal na formulação da residência em administração pública, a cultura de avaliação dos programas sociais na residência, e a importância dos projetos de extensão em administração pública: comunidade de prática e epistêmica. E para a análise documental, optamos por identificar fatores importantes e em comum entre os regulamentos das respectivas universidades, para assim, ao fim, com a interpretação e análise de todos os dados e documentos, elaborarmos uma minuta de regulamento para o programa da UFLA.

4.1 Contexto organizacional e gestão municipal na formulação da Residência em Administração Pública

A construção da Residência no Campo de Públicas necessita do apoio da gestão municipal local. Em Lavras, cidade sede da universidade pesquisada, essa realidade é reafirmada. A extensão só existe quando acontece a parceria entre município, academia e comunidade. Segundo Schommer e França Filho (2010), a observação participante, que é um método de pesquisa usado na prática antropológica, supõe uma imersão do sujeito na realidade que a princípio ainda é desconhecida. Então a partir daí esse sujeito cria e constrói esse saber, através do cotidiano e de suas vivências.

Essa observação participante é o que acontece quando o aluno é inserido dentro do contexto organizacional da gestão municipal exercendo o papel de pesquisador e de servidor. Durante as entrevistas foi possível perceber que ambos os entrevistados ressaltam muito a

importância da gestão pública municipal no auxílio do processo de aprendizagem para os residentes, assim como o auxílio dos residentes na mudança do contexto organizacional.

Em pergunta referente aos benefícios da residência para a gestão municipal, o entrevistado 1, explica que essa inserção de residentes dentro da organização “seria uma mudança na cultura organizacional e também uma troca de experiências e saberes”. Já o entrevistado 2, disse que “a visão inovadora, as novas práticas, os saberes compartilhados, a troca de informação e de experiências, tudo isso serão benefícios para a gestão municipal”. Ou seja, eles identificaram, assim como expusemos no referencial teórico, que a residência é a oportunidade de transformações dentro da organização, não só trazendo benefícios para os residentes, mas modificando para melhor a forma de gerir e mensurar as políticas e projetos desenvolvidos, sempre com a troca de saberes e experiências compartilhadas.

Outra questão abordada no referencial que os entrevistados citaram em suas respostas, foi a questão do desenvolvimento local e territorialidade. Abordamos em nossa pesquisa, nas obras de Paula Schommer e França Filho (2010), em estudos relacionados à experiências inovadoras de formação, que a residência em Administração Pública tem uma forte característica, que se resume por ser um processo de formação em gestão social na qual o foco não está em atividades de ensino, mas nas práticas compartilhadas pelas pessoas no âmbito de processos de desenvolvimento sócio-territorial (SCHOMMER, 2005, p. 222).

Auxiliar os municípios integrando a sociedade e a comunidade acadêmica é de suma importância na residência. Modificar e entender a realidade local é um dos pilares dessa pesquisa. Segundo o entrevistado 1, “o programa é uma possibilidade de extensão da universidade, onde a gente consegue colocar o aluno em contato com as realidades locais e onde ele pode fazer as intervenções através da academia, promovendo transformação social. E também colaborando na formulação de políticas públicas de uma forma mais adequada.” Já o entrevistado 2 explicou que

“o programa vem na vertente de preparar melhor os futuros profissionais no que tange à gestão pública. Nada melhor do que você, enquanto residente, estar dentro do setor público em convivência com profissionais que já tem experiência e os mesmos adquirirem essa experiência acadêmica e trocar saberes que vocês trazem da universidade.”

No que tange às atividades desenvolvidas pelos alunos residentes, os entrevistados enumeram algumas prioridades e demandas por parte da gestão municipal. O entrevistado 1 elencou que as primeiras e principais atividades seriam “identificar indicadores que possam ser trabalhados e que esses indicadores tratados possam gerar resultados para a sociedade.” Esse papel do residente de identificar os indicadores e verificar como está sendo o retorno

deles para a sociedade é definido como uma das principais atividades que o aluno irá realizar dentro do programa da residência. O entrevistado 2 respondeu acerca do assunto que “o setor de licitação e setor de compras, são os setores que tem uma maior demanda. E, talvez por isso, sejam áreas da secretaria que necessitem dos alunos residentes.” Além disso, ele respondeu que “o setor de patrimônio, compras, almoxarifado e recursos humanos podem necessitar também do papel do residente.” Além da Secretaria de Educação, Desenvolvimento Social e seus respectivos setores, ambos os entrevistados consideram importante alocar os residentes também para a Secretaria de Saúde, por ser de grande porte e possuir setores independentes, como contabilidade e recursos humanos.

Em relação ao contexto organizacional e a gestão municipal para o desenvolvimento da residência e sua formulação, pudemos observar, então, que há um grande interesse dos gestores em participar da residência junto à universidade, principalmente no que corresponde a troca de saber e experiências, de ambas as partes. Além disso, nota-se a grande demanda por residentes capazes de auxiliar os gestores em avaliação de programas sociais e políticas públicas, e também em áreas específicas, como gestão de patrimônio e contratos/ licitações. Para ocorrer a eficiência desejada, necessita-se, então, que poder público e residentes estejam alinhados à cultura de avaliação.

4.2 Cultura de avaliação dos programas sociais na residência em Administração Pública

Principalmente após a Constituição de 1988, onde o espaço de políticas sociais no Brasil aumentou, o campo de monitoramento e avaliação dessas políticas ganhou importância. E um dos principais pilares da residência em Administração Pública é a avaliação de programas sociais e políticas públicas. Dentro da Residência, os alunos poderão monitorar o andamento de projetos sociais, o desenvolvimento deles, o funcionamento e eficácia, além de fazerem um levantamento de dados para que o setor possua registros de todos esses programas e seus respectivos cadastramentos e beneficiados. Nesse viés, perguntamos aos entrevistados qual a opinião deles sobre a cultura de avaliação dos programas sociais na residência.

Um empreendimento técnico-científico de uso de métodos da pesquisa social para investigar uma situação, os problemas e os diferentes aspectos da gestão de um programa público, a cultura de avaliação, assim podemos definir a cultura de avaliação. É necessário sempre considerar o contexto organizacional em que se insere, e o contexto político também. Considerar esses contextos significam informar as necessidades de aprimoramento, de modo a contribuir com outros programas, melhorando as condições sociais local (JANUZZI, 2016).

Em resposta à pergunta sobre como a inserção dos residentes na gestão municipal acrescentaria para a implantação dessa cultura de avaliação, o entrevistado 1 definiu como “a possibilidade de um olhar externo”. Ou seja, o fato de o residente adentrar no corpo técnico do setor, vindo da Universidade e com as experiências acadêmicas e científicas, acrescentaria para a gestão municipal uma visão ampla, de um ator social que vem de fora da organização, mais realista e analítico, podemos assim dizer.

Para que o discente possa aplicar a cultura de avaliação e monitoramento, será necessário delinear qual tipo metodológico ele irá usar para cada caso e objetivo. Segundo Januzzi (2011), cada tipo de estudo avaliativo requer uma abordagem metodológica específica. A avaliação de processos, por exemplo, pode requerer técnicas variadas de coleta de informações usadas na pesquisa local. Já a avaliação de resultados pode requisitar entrevistas com agentes institucionais, beneficiários do programa, estudos comparativos de caso, entre outros.

O entrevistado 2 definiu sua resposta como “trazendo as inovações e seus aprendizados durante o curso. Além de novas ideias para serem compartilhadas e um desenvolvimento social.” Analisando as respostas dos entrevistados, percebemos que os gestores esperam muito que uma nova cultura de avaliação seja implementada pelos residentes através de seus conhecimentos adquiridos na academia e na suas relações com os demais atores sociais envolvidos nos processos das políticas públicas em andamento. É possível notar que existe uma grande esperança por parte deles que haja uma mudança na cultura organizacional através da presença dos discentes no ambiente administrativo. Esse impacto administrativo pode vir de acordo com as escolhas de bons indicadores, também.

Para obter informações de grande utilidade para uso efetivo dos técnicos e gestores, são importantes boas escolhas de indicadores-chave, com detalhamento geográfico ou sóciodemográfico. Esses indicadores, quando organizados segundo painéis com a devida estrutura, configuram um recurso metodológico para “filmar” as atividades, ações e programas promovidos pelo setor público e também a mudança social impactada por esses (JANNUZZI, 2014).

Boas escolhas de indicadores-chave, com detalhamento geográfico ou sociodemográfico adequado, podem constituir-se em informações de grande utilidade para uso efetivo e cotidiano dos técnicos e gestores. Os indicadores de monitoramento, organizados segundo painéis com a devida estrutura, configuram um recurso metodológico para “filmar” as atividades, ações e programas promovidos pelo setor público, assim como a mudança social impactada por esses (JANNUZZI, 2014 p. 12).

Observamos que os gestores absorveram a essência da residência e, principalmente, conseguiram diferenciá-la do estágio tradicional. É importante destacar que os secretários municipais já vem desenvolvendo conversações com os professores do curso de Administração Pública da UFLA a respeito desta proposta, o que explica um pouco este entusiasmo demonstrado nas entrevistas. Na residência, como vimos, os alunos participam de um processo de gestão de uma política pública, sendo imerso em um contexto prático. O aluno atua como observador e interage com a equipe de gestores e líderes, compartilhando assim suas experiências e conhecimentos. Esse é o grande diferencial da Residência Social e de Políticas Públicas, a extensão universitária nesse mundo das políticas públicas e políticas municipais (SILVA et al., 2012). De uma forma positiva, houve bastante entendimento dos atores sociais no objetivo do programa e em seus impactos de transformação.

É válido e importante reforçar que a avaliação não é apenas uma investigação. Jannuzzi, (2014) explica que a avaliação não é entendida somente como uma investigação com métodos validados cientificamente, mas sim um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos para aprimoramento da intervenção programática. Isso tudo versa sobre as características do contexto de atuação, públicos-alvo, desenho, arranjos de implementação, custos de operação, resultados de curto prazo e impactos de longo prazo de um programa.

Dessa forma, podemos indicar que a principal atividade a ser desenvolvida pelos residentes, principalmente na Secretaria de Desenvolvimento Social, pode ser a de monitoramento e avaliação. Ao dar-se início no programa, logo após a firmação de parceria com a prefeitura, será necessário definir, junto aos secretários, gestores e docentes responsáveis pelas disciplinas obrigatórias da Residência, quais serão as metodologias e indicadores a serem usados para tal atividade.

4.3 Importância dos projetos de extensão em administração pública: comunidade de prática e epistêmica

A extensão quando unida à pesquisa pode produzir ótimos resultados para a gestão pública. O curso de Administração Pública da UFLA trouxe para a região de Lavras a possibilidade um novo perfil de gestores públicos formados e preparados para gerir a coisa pública. De tal maneira, a residência em administração pública vem para fortalecer essa parceria.

Em nossa pesquisa, ao definirmos os conceitos de comunidade de prática e comunidade epistêmica, correlacionamos diretamente tais abordagens com o programa. Schommer e França Filho (2003), definem que “os estudos a respeito de comunidades de prática estão inseridos na abordagem social da aprendizagem”. Nesse processo a aprendizagem não ocorre de forma técnica que acontece na cabeça dos indivíduos, mas sim numa troca de saberes entre várias pessoas, na interação entre elas (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2003).

É importante reforçar tais conceitos em nossa análise. Na realização da entrevista pode-se perceber que os entrevistados reforçaram a todo momento o fato de ocorrer a troca de saberes entre os atores sociais envolvidos no programa. Ao questionarmos sobre a importância dessas abordagens, obtivemos a seguinte resposta do entrevistado 1:

“Fundamental, pois isso é a possibilidade da gente associar o que é conceitual com uma realidade em termos territoriais, locais, e a forma da gente associar a teoria à prática. É o que a gente mais necessita na atualidade. E, principalmente, porque existem muitos estudos novos em termos de administração pública que a gente não tem contato aqui, a prefeitura fica meio “*encasquelada*” em alguns processos. É necessário essa troca de experiências para que a gente possa, em termos de novidade de produção científica, ser testado na prática, na prática local, principalmente.”

Já o entrevistado 2 afirmou: “Troca de saberes é essencial. Aquilo que o aluno traz da academia e o que o funcionário traz da prática e da técnica. Porém ambos devem estar dispostos a contribuir”.

As estruturas nos órgãos públicos criam relações nas quais ocorrem situações de cooperação. E quando isso ocorre, são produzidos novos conhecimentos, ferramentas, inovações, entre outros (SCHOMMER, FRANÇA FILHO, 2008). Não há questionamento sobre a importância dessa troca de saberes no programa da residência. Pode-se considerar que o pilar base da construção da residência e que os posteriores resultados colhidos por ela, é a parceria e a junção da prática, pesquisa e sociedade. Sem um desses fatores, a residência fica engessada.

Observamos todo o raciocínio desenvolvido em nossa pesquisa através das respostas dos entrevistados. A troca de saberes paralela ao desenvolvimento local é o que vai mover e fazer funcionar o programa. Interpretando as respostas dos entrevistados, podemos concluir que a troca de saberes, para ambos os lados, é uma das maiores expectativas para o programa. A comunicação e a convivência entre servidores, alunos e professores orientadores serão essenciais para um bom desenvolvimento.

4.5 Análise do regulamento do programa de Residência em Políticas Públicas – UNB

A residência em Políticas Públicas da UnB é um Estágio Supervisionado Obrigatório que, no Curso Gestão de Políticas Públicas (GPP), assume a nomenclatura de Residência em Políticas Públicas (RPP).

É uma disciplina obrigatória que tem como pré-requisito as disciplinas Metodologia de Pesquisa Aplicada à GPP e Projeto de Pesquisa em GPP, com cumprimento de 120 horas, que compreende 8 créditos. Ela acontece através da imersão dos discentes em organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos ou organismos internacionais que atuam diretamente com políticas públicas. A duração é de 10 a 12 semanas contínuas.

A imersão pode ser realizada no recesso acadêmico entre semestres. Na RPP são exigidas as seguintes atividades para o desenvolvimento:

1. Elaboração e aprovação do Projeto de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas;
2. Elaboração e aprovação do Plano de Trabalho;
3. Ensino de técnicas de pesquisa de campo e etnográfica;
4. Elaboração de relatório da Residência em Políticas Públicas;
5. Realização de Seminário final, com definição de um membro avaliador do corpo docente da Universidade de Brasília para o relatório da Residência em Políticas Públicas, além do professor orientador;
6. Envio do relatório da Residência em Políticas Públicas à organização escolhida para a imersão.

Na disciplina de pré-requisito “Projeto de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas”, devem ser elaborados e aprovados o projeto de pesquisa e o plano de trabalho para a execução da RPP. Além disso, são necessárias a designação de um professor responsável pela disciplina Residência; um técnico responsável pelo acompanhamento da imersão nas organizações, organização do seminário final e envio dos relatórios para a Biblioteca da Universidade e também para as organizações escolhidas para a imersão; um contato prévio do professor responsável pela disciplina ou do técnico para com as organizações escolhidas; e um professor orientador responsável pelo desenvolvimento do aluno durante a RPP.

Já os produtos a serem entregues pelo aluno são: Relatório de Residência em Políticas Públicas, que são os resultados da pesquisa avaliativa, fazendo uma reflexão sobre a realidade

observada e vivenciada pelo aluno, além de uma proposta de intervenção, com proposições que possam vir a ser realizadas pela organização para melhor encaminhamento dos problemas enfrentados e a participação no seminário final, buscando compartilhar as experiências de Residência em Políticas Públicas entre os alunos.

Ao abordamos isso em nossa pesquisa, observamos que a união entre universidade (produção científica) e sociedade (senso comum), é um dos pilares para essa metodologia. Essa união, segundo Schommer e França Filho (2010), mostra que a residência engloba estágio, consultoria e pesquisa social.

A Residência em Políticas Públicas é uma metodologia inovadora. Como expusemos no referencial desta pesquisa, tem uma proposta de integração entre pesquisa, ensino e extensão, com caráter multidisciplinar e a interação da universidade com diversos setores da sociedade (SCHOMMER, 2005), o que intensifica a participação entre atores sociais (técnicos, corpo docente, corpo discente e sociedade). Sendo uma experiência já conceituada e reconhecida, a RPP nos servirá de inspiração para a próxima e última etapa desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, analisamos e estudamos conceitos para a construção da Residência em Administração Pública na UFLA. Conceitos como: comunidades epistêmica e prática, extensão e pesquisa, o papel do Campo de Públicas, o perfil do gestor público em formação, as contribuições das atividades de extensão na formação profissional dos egressos, entre outros diversos pontos abordados.

Além da análise do regulamento da RPP, verificamos através do roteiro de entrevista que todas as demandas para um corpo técnico formado por residentes dentro da gestão municipal, é necessário, reforçando nossa tese e tal pesquisa desenvolvida. Ao propor a Residência na UFLA, torna-se necessário a criação de um regulamento, como o da RPP, analisado no item acima. Após comprovadas as demandas, análise dos contextos organizacionais a serem inseridos os alunos e criado um esboço teórico e científico para a Residência, desenvolvemos uma minuta de regimento, que estará disponível no apêndice B, disponível ao final desta pesquisa, da Residência em Administração Pública.

Ao definirmos o objetivo desta pesquisa, criou-se um desafio em expormos a importância de uma nova gestão pública pareada com a extensão universitária. Propusemos uma série de motivos e analisamos, um por um, os vieses que englobam a Residência em Administração Pública.

Podemos elencar como fator chave deste trabalho a tríade: sociedade, poder público e universidade. A partir destes três elementos, construímos e identificamos pontos a serem aprimorados para que, de fato, a residência pudesse ser formulada e implementada na UFLA. O papel do Campo de Públicas foi um dos pilares para nossa fundamentação teórica, auxiliando toda a construção do todo.

Há de se reforçar que comunidade de prática e comunidade epistêmica é um par, e caminham lado a lado. Além de concluirmos e demonstrarmos questões sobre as duas comunidades, definimos e analisamos questões como: uma nova metodologia pedagógica, a extensão universitária e a importância da mesma para o desenvolvimento local, questões socioterritoriais, o compartilhamento e troca de saberes entre os atores sociais envolvidos no processo do programa Residência em Administração Pública, entre outros objetos estudados. O novo processo de aprendizagem que é trazido juntamente com o programa é mais um pilar

base dos objetivos da Residência. Esse novo processo de aprendizagem, inclusive, caracteriza a Residência como um englobamento de estágio, consultoria e pesquisa social.

Percebemos o quão é necessário que o poder público esteja disposto a apoiar e a aceitar parcerias como essa, que são capazes de gerar e implementar uma nova cultura organizacional para a gestão municipal como, por exemplo, a cultura de avaliação e monitoramento de programas sociais e políticas públicas. Foi possível observar a motivação existente entre o corpo técnico dos servidores municipais entrevistados e a academia. O papel dos atores sociais é um dos pilares do programa. Obtemos esses resultados durante as análises das entrevistas.

Analisando os programas já em andamento, principalmente a RPP, da UNB, foi possível observar que a possível implementação da Residência para o curso de Administração Pública na UFLA será capaz de gerar resultados e impactos positivos sob os egressos, os imergindo no contexto do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, gerando pesquisas e resultados para a universidade se aprofundar. Elencamos também os impactos positivos que tal programa gerará na administração municipal, como novas técnicas inseridas dentro da gestão.

Apesar de ser um assunto novo nas pesquisas em gestão social e gestão pública, não foram encontradas dificuldades em analisar e formular a possibilidade de implementação da residência pública na UFLA. Após analisar o regulamento da Universidade de Brasília e entrevistar os gestores da Prefeitura Municipal de Lavras, propusemos ao final da pesquisa uma minuta de regimento para dar início à fase final da formulação da Residência, para, finalmente, ocorrer a implementação.

Por fim, é esperado após o encerramento deste trabalho, que a implementação da Residência em Administração Pública na UFLA seja iniciada no segundo semestre do ano de 2019, em fase de teste. Esperamos que esta pesquisa seja parte de um novo ciclo no curso de Administração Pública, com uma aproximação da extensão pareada ao poder público, para que cada vez mais os alunos possam ser preparados para proporcionar mudanças e impactos positivos nessa nova gestão pública.

Por antemão, encerrando nossa pesquisa, propomos que a Residência em Administração na UFLA alcance e firme convênios com prefeituras amigas, inclusive de outros estados, onde os inúmeros alunos tem naturalidade, para que assim, possam desenvolver seus trabalhos de conclusão de curso (residência), em suas cidades natais,

levando a nova gestão pública e a cultura de monitoramento para as mesmas. E indo mais a frente, ainda, sugerimos e deixamos como uma proposta de, como no programa de Residência Social da UFBA, estender o programa da Residência para o curso de Direito e das licenciaturas da UFLA através de projetos de pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BOULLOSA, R. F. de; BARRETO, M. L. S. da. A Residência Social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU Social**, v. 1, n. 1, p. 181-202, 2010.

BRASIL. **Resolução, 2014**. Brasília, 13 jan. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192. Acesso em: 3 jul. 2019.

SILVA, S. A. M. de *et al.* Projeto residência em políticas públicas: graduação em gestão de políticas públicas.

_____. Residência em políticas públicas: uma experiência inovadora de formação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 157, p. 588-611, 2015.

ESAG, Udesc. **Programa Residência em Gestão Municipal da Udesc e da Fundação ENA recebe inscrições até dia 25**. Disponível em:

<https://www.udesc.br/noticia/programa_residencia_em_gestao_municipal_da_udesc_e_da_fundacao_ena_recebe_inscricoes_ate_dia_25>. Acesso em: 01 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GLAESER, E. *et al.* **Mais Gestores Públicos**. ANEPCP, 2014.

DE MARTINO JANNUZZI, P. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014.

_____. Avaliação de Programas Sociais: Repensando Práticas e Metodologia das Pesquisas Avaliativas. **Monitoramento e avaliação**, São Paulo, 2011.

DE SOUZA MINAYO, M. C.; DE ASSIS, S. G.; DE SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2005.

DE OLIVEIRA, D. R.; TONELLI, D. F.; LEME, P. H. M. V. Histórico, Perfil e Perspectivas do curso de Administração Pública presencial da Universidade Federal De Lavras. **Pioneirismo, renovação e desafios: experiências do Campo de Públicas no Brasil**, 2017.

LA ROVERE, R L. **Metodologia de Dissertação II**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/021120164226_Aula1Metodologia2016.pdf> Acesso em: 07 jun. 2019.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, Brasília, 2012. Disponível em:
<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SCHOMMER, Paula Chies; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática**. 2010. 226 p. Pesquisa (Gestão Social)- UFBA, Salvador, 2010. 1. Disponível em:
<<http://file:///C:/Users/laris/Desktop/TRABALHO%20DE%20CONCLUSÃO%20DE%20CURSO/TEXTOS%20RESIDENCIA.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SCHOMMER, P. C.s; DE FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU Social**, v. 1, n. 1, p. 203-226, 2010.

SHERMAN, M.; DUNCAN, M. P. Building Partnerships with Governments: The Experience of the Lyndon B. Johnson School of Public Affairs. **New Directions for Higher Education**, v. 112, p. 37-47, 2000.

SOUZA-SILVA, J. C.; SCHOMMER, P. C. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 44, p. 105-127, 2008.

TEIXEIRA, C. M.. **Copyspider Anti-plágio** : História e atualidade. 2013. Disponível em:
<<http://www.copyspider.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

TRIPP, D. **Uma introdução metodológica**, Murdoch, 2005. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

UFCA. **Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/administracao-publica>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

APÊNDICE A

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

PERGUNTA	O QUE SERÁ ANALISADO
<p>1- Qual a importância do programa Residência para a gestão municipal?</p> <p>2- Quais as principais demandas para os residentes trabalharem?</p> <p>3- Como os residentes serão inseridos dentro do contexto organizacional?</p> <p>4- Quais as principais secretarias e setores que demandam de um corpo técnico como os residentes?</p> <p>5- Você acredita que os impactos positivos da residência já chegarão logo na primeira fase do programa?</p> <p>6- Quais benefícios você acha que a residência irá trazer para o desenvolvimento municipal e administrativo da Prefeitura?</p> <p>7- Como você enxerga a importância da comunidade acadêmica firmar parcerias como essa com o poder público municipal?</p> <p>8- Como vocês pretendem avaliar o desempenho dos alunos durante todo o processo da residência?</p> <p>9- Como você entende que a inserção de residentes pode contribuir para a criação de uma</p>	<p>Como o programa de residência será implementado dentro da Prefeitura, bem como métodos de avaliação de desempenho dos residentes, quais setores mais demandam o corpo técnico composto pelos alunos, os impactos gerados pelo programa e também abordagem sobre comunidades de prática.</p>

<p>cultura de avaliação dos programas sociais juntos aos técnicos do município?</p> <p>10- Neste trabalho, nós abordamos duas comunidades, a epistêmica, que é a científica, e a comunidade de prática, que está ligada à uma aprendizagem social. Acerca da comunidade de prática, podemos falar diretamente de trocas de experiências. Como você enxerga esse tipo de aprendizagem, feito através de trocas de saberes e relações entre os atores sociais envolvidos? Você considera importante esse processo?</p>	
--	--

APÊNDICE B

APÊNDICE B - Minuta de regimento da residência em administração pública

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (RESIDÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA) PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFLA

Este regimento estabelece normas gerais para a realização de Estágio Supervisionado Obrigatório, que recebe a nomenclatura de Residência em Administração Pública.

Art. 1º. A Residência em Administração Pública une teoria e prática, objetivando oferecer ao aluno residente uma aprendizagem e experiência profissional a partir da realização de uma imersão no ambiente organizacional das instituições (prefeituras, câmaras municipais, organizações públicas, organizações sociais e organizações não governamentais, oscips e equipamentos públicos), monitorando e avaliando os programas sociais desenvolvidos e participando da gestão de políticas públicas.

Art. 2º. A Residência em Administração Pública tem como objetivo geral proporcionar aos alunos uma experiência profissional, preparando-os para o mercado de trabalho, a partir de uma troca de saberes entre todos os atores sociais envolvidos (gestores, discentes, docentes e beneficiários dos programas sociais), tendo um caráter de pesquisa acadêmica e visando trazer resultados para o desenvolvimento local.

Art.3º. A Residência em Administração Pública tem como objetivos específicos:

- I- Proporcionar aos residentes a vivência e participação nos processos de políticas públicas e também nos processos organizacionais do setor alocado;
- II- Ressaltar as relações entre Poder Público e sociedade, através dos resultados obtidos sobre as avaliações e monitoramentos dos programas sociais;
- III- Oferecer ao aluno a oportunidade de vivenciar o mercado de trabalho na prática através da imersão no contexto organizacional da instituição, fomentando a importância da extensão universitária;
- IV- Troca de saberes entre os atores sociais envolvidos (gestores e alunos);

- V- Produzir relatórios finais e transformá-los em produções científicas que retornarão para a sociedade posteriormente.

Art. 4º. O programa irá ser realizado obrigatoriamente através da matéria “Trabalho de Conclusão de Curso II”, com duração de 34h/a (2 créditos), simultaneamente com o Estágio Obrigatório, com duração de 340h/a mínimas (20 créditos).

Art. 5º. São exigências para o cumprimento do estágio obrigatório e TCC II:

- I- Nomeação de um professor responsável pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II;
- II- Delegar um servidor responsável pelo acompanhamento da imersão na Prefeitura;
- III- Escolha de um professor orientador responsável pelo acompanhamento do aluno do início ao fim do programa e para orientação do TCC II.

Art. 6º. A Residência tem prevista as seguintes atividades:

- I. Elaboração e aprovação do Projeto na matéria de pré-requisito “Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos”;
- II. Ensino de técnicas de monitoramento e avaliação de programas sociais na matéria pré-requisito “Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais”;
- III. Elaboração de um pré-projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, na matéria “Trabalho de conclusão de curso I”;
- IV. Caracterização do Programa a ser trabalhado (já no TCC II);
- V. Desenvolvimento das atividades durante a residência;
- VI. Finalização do Trabalho de conclusão de curso/ relatório final das conclusões da Residência;
- VII. Envio dos projetos finais para o LabMaps (Laboratório de Monitoramento de Programas Sociais);
- VIII. Produção Técnica junto ao LabMaps (Relatórios, Cartilhas, Revista, Infográficos).

Art. 7º. Os documentos que os alunos participantes da Residência deverão ter entregue no ciclo da Residência são:

- I. Contrato e termo de compromisso no início do Estágio Obrigatório assinado pelo professor orientador, pelo servidor responsável pelo

desenvolvimento do aluno na Prefeitura e assinatura também do aluno residente, conforme regulamentado pela PROEC;

- II. Relatório sobre as pesquisas, resultados e conclusões desenvolvidos na Residência;
- III. Ao final da Residência, relatório de atividades desenvolvidas escrito pelo servidor da Prefeitura responsável pelo desenvolvimento do aluno no período da Residência;
- IV. Trabalho de Conclusão de Curso com os resultados e análises do programa social analisado.

Art. 8º. Situações que divergirem deste regimento deverão ser analisadas previamente pelo Colegiado do Curso de Administração Pública da UFLA.

Art. 9º. Apresentação dos resultados das residências nos Ciclos de Debates de Políticas Públicas.